



FUNDAÇÃO SANTA CABRINI

Órgão Gestor do Trabalho Prisional

CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO

Data: 14/12/2014

Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 40 (quarenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Língua Portuguesa	Conhecimentos de Legislação	Conhecimentos Específicos
01 a 13	14 a 26	27 a 40

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

- Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, réguas, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.
- Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorrida 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

LÍNGUA PORTUGUESA

O REMÉDIO É BRINCAR

Quantas crianças de hoje, quando os pais lhes perguntam se querem brincar (em casa, na rua) ou ir até um *shopping center*, optam pela segunda alternativa? A julgar pelo número elevado de crianças em *shoppings*, principalmente nos fins de semana, inúmeras delas preferem circular por um lugar inteiramente pautado pelos valores da sociedade de consumo (todo fechado, com iluminação artificial) a se entregar a outro modo, menos previsível e mais inventivo, de gastar (investir?) o tempo. Sem contar aquelas cujos pais nem mesmo cogitaram a primeira opção...

Quem associa lazer e tempo livre ao verbo consumir talvez reveja algumas de suas crenças e posturas ao ver o documentário brasileiro *Tarja Branca: a revolução que faltava*, que faz uma defesa eloquente da brincadeira – lúdica, descompromissada, criativa – não apenas na infância, mas também na vida adulta. Dezenas de entrevistados (entre eles os músicos Antonio Nóbrega e Wandí Doratiotto, e os escritores Bráulio Tavares, colunista de *Carta Fundamental*, e Marcelino Freire) lembram, em seus depoimentos ao filme, o que a vida cotidiana perde ao se esquecer do que todos sabíamos muito bem quando éramos crianças.

Uma das perguntas-chave do documentário: saberão disso também as crianças de hoje, boa parte delas vivendo em centros urbanos voltados para o trabalho e o consumo? Dirigido por Cacau Rhoden e produzido pela Maria Farinha Filmes (a mesma de *Criança, a Alma do Negócio* e *Muito Além do Peso*), *Tarja Branca*, cujo título refere-se a uma divertida “medicina psicolúdica”, proposta em um dos depoimentos – sugere, ao apresentar visões diversas sobre o tema, que a educação contemporânea se apropriou da brincadeira, sobretudo na escola, como um “conteúdo programático”. Tirou-lhe, portanto, o que havia de mais essencial, o improvável e a falta de regras, para cercá-la de planejamento e cuidados.

Como resultado dessa política, teríamos uma geração de crianças, especialmente das classes média e alta, que não foi devidamente apresentada ao universo brincante, ou à “linguagem do espontâneo, da alma”, como resume um dos entrevistados. Pais e professores tendem a extrair do filme reflexões sobre como se comportam em relação ao tema com seus filhos e alunos, mas a provocação de Rhoden pode despertar interesse também entre o público que não se encaixa em nenhum desses papéis, ao fazer um diagnóstico da sociedade de consumo, intolerante, em sua lógica perversa, com a cultura do ócio ou com o “ficar sem fazer nada”.

Sérgio Rizzo

(Adaptado de: cartafundamental.com.br)

01. Um aspecto importante da atividade de brincar considerado pelo autor é:

- A) ocorrer em um parque
- B) obedecer a um programa
- C) prezar pela espontaneidade
- D) manter papéis de pai e professor
- E) submeter-se a regras pedagógicas

02. De acordo com o autor, o documentário mencionado pode contribuir para:

- A) desfazer associação entre consumo e lazer
- B) reforçar crenças pedagógicas contemporâneas
- C) desautorizar a visão dos artistas sobre o tema
- D) culpar os professores pela indisciplina fora da escola
- E) responsabilizar os pais por filhos excessivamente mimados

03. Na visão do autor, o filme “Tarja Branca” apresenta reflexões principalmente para:

- A) recreadores de festas infantis
- B) pais e professores
- C) pesquisadores interessados em regular as brincadeiras
- D) músicos saudosos de sua própria infância
- E) diretores de cinema vanguardistas

04. Na primeira frase do texto, o comentário entre parênteses sugere a seguinte crítica:

- A) os pais não levam em consideração a opinião de seus filhos
- B) as crianças pouco estudiosas não sabem responder a perguntas fáceis
- C) os *shoppings* não são locais adequados para as crianças brincarem
- D) as meninas se interessam mais facilmente por roupas e sapatos
- E) os meninos já não gostam mais tanto de futebol como gerações anteriores

05. Uma crítica à educação contemporânea feita pelo autor pode ser sintetizada pela seguinte frase:

- A) Pedagogos são coniventes com a violência entre alunos.
- B) A escola planeja excessivamente o ato de brincar.
- C) As famílias prejudicam a imposição natural de regras.
- D) A medicalização das crianças é uma prática recorrente.
- E) As crianças de classe média têm menos limite em suas brincadeiras.

06. No trecho “gastar (investir?) o tempo”, a dúvida introduzida pelos parênteses indica:

- A) emprego de estilo literário
- B) citação de um texto científico
- C) introdução de sinônimos perfeitos
- D) explicitação de ponto de vista alternativo do autor
- E) visão excessivamente economicista dos pedagogos

07. O trecho “cujos pais nem mesmo cogitaram a primeira opção” mantém seu sentido global em:

- A) cujos pais nem mesmo consideraram a primeira opção
- B) cujos pais nem mesmo rejeitaram a primeira opção
- C) cujos pais nem mesmo ignoraram a primeira opção
- D) cujos pais nem mesmo denunciaram a primeira opção
- E) cujos pais nem mesmo impuseram a primeira opção

08. Em “todos sabíamos muito bem” (2º parágrafo), o emprego do tempo e do modo no verbo pressupõe a seguinte ideia:

- A) talvez não saibamos mais
- B) com certeza continuamos sabendo
- C) saberemos sempre
- D) seguramente não sabemos mais
- E) claramente deixamos de saber

09. No trecho “reveja algumas de suas crenças e posturas ao ver o documentário” (2º parágrafo), o elemento “ao” expressa ideia de:

- A) lugar
- B) comparação
- C) tempo
- D) oposição
- E) negação

10. Para interpretar adequadamente o fragmento “uma defesa eloquente da brincadeira” (2º parágrafo), o leitor pode substituir a palavra “eloquente” por:

- A) clara
- B) discutível
- C) mediada
- D) inconsistente
- E) constrangedora

11. No trecho “como resume um dos entrevistados” (4º parágrafo), a palavra “como” introduz uma ideia de:

- A) causa
- B) comparação
- C) explicação
- D) conformidade
- E) consequência

12. O emprego do futuro do pretérito do indicativo em “teríamos uma geração de crianças” expressa a ideia de:

- A) previsão possível
- B) verdade incontestável
- C) hipótese refutada
- D) fato comprovado
- E) evento rejeitado

13. Em “Como resultado dessa política”, o pronome “essa” retoma a seguinte ideia:

- A) excesso de democratismo dos pais
- B) julgamentos precipitados dos professores
- C) regulação sistemática das brincadeiras
- D) medicina não levada a sério
- E) escolha dos artistas como principais ídolos

CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO

14. Nos termos do Art. 1º do Anexo ao Decreto Estadual nº 41.425, de 06 de agosto de 2006, que altera e consolida o Estatuto da Fundação Santa Cabrini, a FSC possui natureza de:

- A) sociedade de economia mista, integrante da estrutura da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- B) pessoa jurídica de direito privado, supervisionada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- C) fundação de direito público, subordinada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- D) fundação autárquica, supervisionada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- E) pessoa jurídica de direito público vinculada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

15. Constituirão recursos da Fundação Santa Cabrini:

- A) os *royalties* decorrentes da exploração de recursos minerais no Estado do Rio de Janeiro
- B) as contribuições de melhoria instituídas pelo Governo Estadual
- C) rendas de bens patrimoniais e outras de natureza eventual, inclusive as resultantes da prestação de serviços
- D) 5% da arrecadação do ICMS
- E) o produto das taxas instituídas pela Fundação Santa Cabrini no exercício de sua função regulatória

16. Nos termos do Art. 1º da Lei Estadual nº 4.984, de 11 de janeiro de 2007, a parcela da remuneração resultante do trabalho do preso destinada ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado é de:

- A) 40%
- B) 30%
- C) 15%
- D) 5%
- E) 2%

17. Sobre as formas de assistência ao preso previstas na Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, uma de suas funções e características é que a assistência:

- A) à saúde do internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas
- B) à saúde será prestada no estabelecimento penal mesmo quando este não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, sendo vedada sua prestação em outro local
- C) jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado
- D) educacional compreenderá a instrução escolar, o trabalho interno, o treinamento e a formação profissional do preso e do internado
- E) social não tem por finalidade promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação

18. O trabalho do preso deve guardar compatibilidade com os normativos vigentes. Dentre estes normativos, a gestão do trabalho prisional deve observar que:

- A) o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser superior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo
- B) o produto da remuneração pelo trabalho deverá atender a todas as suas despesas pessoais
- C) as tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas
- D) o trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho
- E) não se exigirá do condenado o ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a sua manutenção

19. O trabalho externo é direito assegurado ao preso em regime fechado, mas deve levar em consideração a seguinte orientação:

- A) Será admissível somente em serviço ou obras públicas realizados por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou em empresas de familiares, desde que autorizado pelo Juiz competente e pelo Secretário de Estado de Administração Penitenciária em ato conjunto.
- B) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.
- C) Caberá à Fundação Santa Cabrini remuneração do trabalho do preso, exigindo-se da empresa ou entidade pública o ressarcimento dos valores respectivos.
- D) No caso do emprego de presos em obras públicas, o limite máximo do número de presos será de 20% (vinte por cento) do total de empregados na obra.
- E) Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que for punido por qualquer tipo de falta administrativa.

20. Nos termos da Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/84), o trabalho interno não será obrigatório para o preso:

- A) em regime fechado
- B) em regime de internato
- C) que exercer atividades complementares
- D) provisório
- E) que possuir a respectiva capacitação

21. A prática de atos de improbidade que importem em enriquecimento ilícito sujeitam o servidor à seguinte penalidade:

- A) multa de até cem vezes a sua remuneração
- B) devolução de 50% da evolução patrimonial
- C) suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos
- D) multa de até duas vezes o valor do dano apurado
- E) suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos

22. A ação judicial que vise garantir um direito individual sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício desses direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania é o:

- A) *habeas corpus*
- B) mandado de segurança
- C) *habeas data*
- D) ação civil pública
- E) mandado de injunção

23. Nos termos da Constituição Federal, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais possuem aplicabilidade definida como:

- A) imediata
- B) posterior
- C) limitada
- D) ilimitada
- E) mediata

24. Para a habilitação nas licitações, **não** se exigirá dos interessados documentação relativa a:

- A) habilitação jurídica
- B) qualificação técnica
- C) qualificação econômico-financeira
- D) regularidade fiscal e trabalhista
- E) última ata do conselho fiscal

25. Segundo a Lei Estadual nº 5.427/2009, fica impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

- A) mantiver relação íntima com uma das partes interessadas
- B) for primo da parte interessada
- C) tenha participado do processo, exceto se na condição de perito
- D) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado
- E) for cônjuge ou companheiro do chefe da repartição competente para examinar o pedido

26. A investidura do servidor público, *ex officio* ou a pedido, em função mais compatível, por motivo de saúde ou incapacidade física é a:

- A) reintegração
- B) recondução
- C) readaptação
- D) reversão
- E) remoção

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

27. Com relação à observância das Normas Regulamentadoras (NR) previstas na NR 1, é possível afirmar que:

- A) desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho
- B) não desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho, exceto as Normas Técnicas da ABNT
- C) não obriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho, exceto as Normas Técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- D) não obriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho, exceto as Normas Internacionais da ISO – Sistema Internacional de Normalização
- E) não desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho

28. Segundo a NR 1, cabe ao empregador informar e participar ao conjunto de trabalhadores da empresa, além dos riscos profissionais, os seguintes aspectos:

- A) meios para prevenir e limitar os riscos profissionais e as medidas adotadas pela empresa
- B) resultado individual dos exames médicos e de exames complementares de diagnóstico a que todos os trabalhadores forem submetidos
- C) resultados das avaliações ambientais realizadas no processo de licenciamento ambiental
- D) notificações do Ministério do Trabalho e Emprego e questionamento dos sindicatos
- E) relação dos trabalhadores que apresentem doenças ocupacionais confirmadas por exames médicos periódicos

29. Segundo a NR 1, além de cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalho previstas nas ordens de serviço (procedimentos e instruções) expedidas pelo empregador, o empregado deve:

- A) estabelecer os meios para prevenir e limitar tais riscos e analisar as medidas adotadas pela empresa
- B) acompanhar a fiscalização dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho
- C) identificar os riscos profissionais e usar o equipamento de proteção individual - EPI fornecido pelo empregador
- D) determinar os procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho
- E) submeter-se aos exames médicos previstos nas Normas Regulamentadoras - NR

30. Segundo a NR 3, é possível afirmar que a interdição da empresa irá resultar na seguinte penalidade:

- A) paralisação total do estabelecimento, do setor de serviço, de máquina ou equipamento
- B) paralisação total ou parcial da obra
- C) paralisação total ou parcial do estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento
- D) embargo total ou parcial da obra
- E) embargo total do estabelecimento, do setor de serviço, de máquina ou equipamento

31. A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual - EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho, incluindo as seguintes situações:

- A) após as medidas de proteção coletiva forem implantadas e avaliadas quanto a sua eficácia
- B) para atender a situações de risco grave e iminente de acidentes típicos
- C) nas situações de emergência e/ou enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas
- D) para eliminar a periculosidade aos agentes insalubres
- E) para eliminar a penosidade por exposição aos agentes insalubres

32. Além do planejamento anual com estabelecimento de metas, prioridades e cronograma, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) deverá conter, no mínimo, os seguintes tópicos na sua estrutura:

- A) planejamento mensal com estratégia e metodologia de ação
- B) forma do registro, manutenção e divulgação dos dados aos funcionários e sindicatos
- C) reavaliação anual do monitoramento dos agentes ambientais e plano de ação
- D) estratégia, metodologia de ação, forma do registro, manutenção e divulgação dos dados
- E) registro do relatório-base e o cronograma de atividades no Ministério do Trabalho e Emprego

33. Entende-se por “Limite de Tolerância” a um determinado agente ambiental a:

- A) concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição que não causará dano à saúde do trabalhador durante a sua vida laboral
- B) concentração mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição, que não causará dano à saúde do trabalhador durante a sua vida média
- C) concentração ou intensidade mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição, que não causará morte do trabalhador durante a sua vida laboral
- D) concentração ou intensidade máxima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição, que não causará acidente durante a sua vida laboral
- E) concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição, que não causará morte ao trabalhador durante a sua vida laboral

34. Segundo a NR 20, são considerados líquidos inflamáveis aqueles que possuem o seguinte ponto de fulgor:

- A) menor que 60,5°C
- B) maior que 60,5°C
- C) maior ou igual 60°C
- D) menor ou igual a 60°C
- E) maior ou igual a 60,5°C

35. O exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário no seguinte percentual:

- A) 30% incluindo adicionalmente os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros
- B) 30% sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros
- C) 10%, 20% ou 30% sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros
- D) 10%, 20% ou 30% com os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros
- E) 30% incidente, com os acréscimos sobre gratificações, prêmios ou participação nos lucros

36. Para efeito de aplicação da NR 9, consideram-se riscos ambientais, além dos agentes químicos e físicos, os seguintes agentes:

- A) biológicos e ergonômicos
- B) ergonômicos e de acidentes
- C) pressões anormais e eletricidade
- D) biológicos
- E) líquidos e gases inflamáveis e radiações

37. Para os fins da NR 9 (PPRA), considera-se nível de ação o valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. As ações devem incluir:

- A) monitoramento periódico da exposição e a informação aos trabalhadores
- B) monitoramento anual da exposição, a informação aos trabalhadores e o controle médico
- C) informação aos trabalhadores, controle médico e fornecimento do equipamento de proteção individual e coletiva
- D) monitoramento periódico da exposição, controle médico e fornecimento do equipamento de proteção individual
- E) monitoramento periódico da exposição, a informação aos trabalhadores e o controle médico

38. Ressalvadas as condições especiais para o trabalho da mulher e do menor previstas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, o peso máximo que uma pessoa pode levantar individualmente é de:

- A) 45 kg
- B) 50 kg
- C) 55 kg
- D) 60 kg
- E) 65 kg

39. A elaboração e o cumprimento do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho, contemplando os aspectos da NR 18 e outros dispositivos complementares de segurança, são obrigatórios para as empresas que realizam atividades na indústria da construção com a seguinte quantidade de funcionários:

- A) maior ou igual a 10
- B) maior ou igual a 20
- C) maior que 20
- D) maior que 25
- E) maior que 01

40. Segundo a NR 26, o uso das cores nos locais de trabalho, além de identificar os equipamentos, visa prioritariamente:

- A) advertir contra os riscos, delimitar áreas e identificar tubulações para a condução de líquidos e gases
- B) advertir sobre os riscos do manuseio e estocagem de líquidos e gases
- C) reduzir a distração, confusão e fadiga ao trabalhador tornando o ambiente de trabalho mais confortável
- D) conscientizar os trabalhadores sobre o atendimento aos procedimentos e os riscos no trabalho
- E) alertar sobre a exposição dos agentes ambientais nocivos acima dos limites de tolerância